

política

Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Fundo contra o crime

Em discurso no plenário, o deputado federal gaúcho Sanderson (PL, foto) solicitou a criação de um novo Fundo Constitucional para o enfrentamento da criminalidade. “As facções tomaram conta do Brasil. O crime organizado tomou conta do Brasil. Isso se deve muito ao fato de o governo federal não investir. Ele alega que não tem dinheiro. Então, nós estamos dando opção, esses recursos serão retirados do Orçamento da União, diminuindo a arrecadação do Imposto de Renda e do IPI”, explica o parlamentar.



PABLO VALADARES/INUVIÇÃO/JC

MP do Agro

Já o deputado federal gaúcho Heitor Schuch (PSD) comemorou a aprovação da chamada MP do Agro. “Nada veio de graça; a MP do Agro não é perfeita, mas foi a medida possível, construída com diálogo, mobilização e pressão das entidades, dos agricultores e de quem não deixou esse tema sair da pauta.” Schuch afirma que a MP chegou em boa hora para que os produtores gaúchos possam acessar o Plano Safra. “Agora, nosso maior desafio é fazer com que os bancos cumpram o que está previsto e o crédito chegue a quem produz.”

Paulo Paim e o fim da 6x1

O senador gaúcho Paulo Paim (PT) defendeu durante a sessão legislativa o fim da escala 6x1. “Não estamos propondo trabalhar menos para produzir menos; estamos propondo trabalhar melhor para produzir mais”, argumenta. “As economias mais desenvolvidas do mundo não cresceram porque fizeram seus trabalhadores escravos ou permanecerem em jornadas de até mais de 44 horas no trabalho; cresceram porque aprenderam a produzir melhor em menos tempo”, completa.

Ser ou não ser?

Os senadores Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), Hamilton Mourão (Republicanos-RS), Confúcio Moura (MDB-RO), Izalci Lucas (PL-DF), Damares Alves (Republicanos-DF) e Daniella Ribeiro (PP-PB) solicitaram a realização de uma sessão especial destinada a “homenagear a Academia William Shakespeare e a celebrar o legado universal do dramaturgo”.

Aditivos infinitos

O ministro do Tribunal de Contas da União Augusto Nardes foi o relator de uma consulta formulada pelo então ministro dos Transportes sobre aditivos em contratos de obras. Nardes reafirmou o entendimento da Corte de que o limite é de 25% para acréscimos e supressões contratuais; no entanto, afirmou que, em situações excepcionais, pode haver uma flexibilização da regra na hipótese de alterações consensuais. “Porém, devo ressaltar que isso se justifica apenas para que se atenda aos princípios da supremacia do interesse público, da economicidade e até mesmo da eficiência, a depender do contexto observado.”

Reconstrói São Leopoldo

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) anunciou o envio de R\$ 18,5 milhões para ações de resposta em São Leopoldo. Todas as cidades com o reconhecimento federal de situação de emergência ou de estado de calamidade pública podem solicitar ao MIDR recursos para ações de Defesa Civil.

Turismo na fronteira

Já o Ministério do Turismo deu início a contratação de empresas para a elaboração de diagnósticos e planos de ação para regiões fronteiriças. O edital contemplará três lotes de contratação: fronteiras de Santa Catarina e Rio Grande do Sul com Argentina e Uruguai; do Amapá e Pará com Guiana, Suriname e Guiana Francesa; do Acre, Rondônia e Mato Grosso com Peru e Bolívia.

Não basta simplificar, é

Entrevista Especial

Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

Embora o presidente do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), Hugo de Oliveira Muller, acredite que a reforma tributária deva trazer avanços na simplificação dos impostos pagos no Brasil, ele sustenta que o texto não ataca o principal problema: o tamanho da carga tributária. O principal ponto da reforma é a transformação de todos os impostos em apenas três: o CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), e o IS (Imposto Seletivo).

“Então, é importante diminuir o número de horas que as pessoas passam calculando seus impostos, mas é ainda mais importante diminuir o tempo que as pessoas gastam para pagar o imposto. Hoje, o brasileiro trabalha até maio só para pagar seus impostos”, avalia Muller.

O presidente do IEE também analisa como o governo brasileiro tem lidado com a alta dos combustíveis, deflagrada a partir da guerra entre EUA e Irã - o que culminou no fechamento do Estreito de Ormuz para embarcações comerciais. “O arranjo governamental para lidar com essa situação prejudica mais do que ajuda.”

Durante a sua gestão à frente do IEE - que começou em maio de 2026 e vai até abril de 2027 - Muller também terá a responsabilidade de organizar o 40º Fórum da Liberdade, o maior evento realizado pela entidade. “O ponto principal da gestão vai ser a comemoração dos 40 anos do maior evento da entidade, o Fórum da Liberdade. É um marco importante.”

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, Hugo Muller explica por que o IEE quer fomentar o debate com os candidatos ao Senado pelo RS, através da realização de um encontro marcado para agosto. Ele também elenca alguns desafios que o próximo governador do Estado vai enfrentar. E aponta o setor energético, o agronegócio e os data centers como algumas das principais potencialidades do Brasil.

Jornal do Comércio - Com a volta do conflito entre os EUA e o Irã, o Estreito de Ormuz foi fechado para embarcações comerciais mais uma vez. Como isso deve

impactar o comércio exterior brasileiro, visto que o próprio RS exporta grãos e proteína animal para os países do Oriente Médio?

Hugo de Oliveira Muller - Impacta bastante em vários sentidos. Em um primeiro momento, por gerar dificuldades para os nossos produtos chegarem lá. O Oriente Médio compra grãos do Brasil e do Rio Grande do Sul. Então, muitos produtos já estavam embarcados, saíram daqui, mas não chegaram lá. Muitos fizeram desvios, foram para outros países, como o Sri Lanka. O problema é que isso encarece o produto.

JC - Se os produtos ficam parados no navio, o dinheiro fica parado no mar...

Muller - E, assim como quase tivemos um problema de abastecimento de combustível aqui, eles correm um risco de abastecimento de grãos no Oriente Médio. Então, teve um momento bem complicado. Agora, as rotas comerciais estão se ajustando um pouco, começam a utilizar portos que não passam pelo estreito. Mas isso prejudica a logística, porque o produto fica mais caro e tem que percorrer uma distância terrestre maior.

JC - Em poucos dias desde que o conflito foi retomado, o barril de petróleo chegou a US\$ 80.

Muller - Agora passaremos por essa volatilidade. A tendência é que tudo se resolva em algum momento. Mais cedo ou mais tarde, o petróleo vai voltar a uma trajetória normal. Mas agora vamos ter oscilações para cima e para baixo.

JC - O problema é que isso impacta na nossa inflação, o que pressiona a taxa de juros para cima. Vê risco nisso?

Muller - Mais do que isso, o arranjo governamental para lidar com essa situação prejudica mais do que ajuda. Quando estourou a guerra,

um dos grandes problemas foi como o Brasil tratou o tema dos combustíveis (que não repassou totalmente a alta dos combustíveis para as bombas). Se a política de preços não acompanha o mercado, isso causa uma instabilidade, como aconteceu no início do conflito. Isso gerou um risco de falta de produto, porque não se conseguia comprar de fora, nem fazer uma adequação de mix. Então, surge um risco maior que o inflacionário: enquanto a inflação causa o aumento do preço agora, a desestruturação da cadeia pode gerar desabastecimento. E, somado a isso, tem ainda a questão do déficit governamental...

JC - Historicamente, os governos aumentam o gasto em ano eleitoral. Isso pode aumentar a projeção de inflação?

Muller - Certamente, vai ter um impacto na inflação. O fato de o governo, por conta das eleições, não querer essas altas (de combustível), acaba criando incentivos errados. As decisões deveriam ser feitas sob uma ótica de mercado. O gasto público aumenta no ano da eleição, porque o governante quer criar benefícios para ganhar a eleição. Uma pauta que era extremamente relevante para o Brasil, que é o fim da escala 6x1 por um, foi discutida de forma superficial por conta disso. O debate não acontece em cima da pauta em si, mas de interesses políticos. Qualquer coisa vira campanha política em época de eleição.

JC - Quanto à eleição para o governo do RS, que demandas são mais urgentes para o próximo governador do Estado?

Muller - No Instituto, olhamos o cenário político de forma macro, privilegiando o papel do cidadão, do indivíduo em prol do Estado como um todo. Então, sempre vamos concordar com políticas públi-



“No IEE, olhamos o cenário político de forma macro, privilegiando o papel do cidadão, do indivíduo, em prol do Estado”